



Câmara Legislativa do Distrito Federal
Comissão de Defesa dos Direitos Humanos, Cidadania, Ética e Decoro Parlamentar

ATA DA SEGUNDA REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE DEFESA DOS DIREITOS HUMANOS, CIDADANIA, ÉTICA E DECORO PARLAMENTAR, REALIZADA NO DIA TREZE DE ABRIL DE DOIS MIL E DEZESSEIS, ÀS 14 HORAS, NA SALA DE REUNIÃO DAS COMISSÕES.

Às quatorze horas e cinquenta e sete minutos do dia treze de abril de dois mil e dezesseis, sob a presidência do Deputado Ricardo Vale, foi aberta a segunda reunião ordinária da Comissão de Defesa dos Direitos Humanos, Cidadania, Ética e Decoro Parlamentar. Presentes, além do senhor Presidente, a senhora Deputada Telma Rufino e o senhor Deputado Lira. Ausentes o senhor Deputado Agaciel Maia e o senhor Deputado Wellington Luiz. Inicialmente, o senhor Presidente coloca em apreciação o **ITEM 1** da pauta - Leitura para aprovação da ata da 2ª reunião extraordinária, realizada no dia 02 de março de 2016. A Ata foi dada por lida e aprovada sem observações com três votos favoráveis e duas ausências. Em seguida, passou-se para o **ITEM 2** - Discussão e votação do parecer ao PL 2064/2014, de autoria do Deputado Joe Valle, que "Estabelece Diretrizes para a Política Distrital de Participação Social - PDPS." Resultado: o parecer do relator, Deputado Joe Valle, foi aprovado com três votos favoráveis e duas ausências. Dando continuidade, o senhor Presidente colocou em debate o **ITEM 3** - Discussão e votação do parecer ao PL1261/2012, de autoria do Deputado Robério Negreiros e Deputada Luzia de Paula, respectivamente, que restringe direitos do empregador que mantenha trabalhadores em condições análogas à de escravo, e sobre o Projeto de Lei nº 1676/2013, que proíbe a Administração Pública Distrito Federal a celebrar contratos para a aquisição de bens ou serviços com empresas ou entidades que mantenham trabalhadores em condições análogas à de escravo e dá outras providências, em tramitação conjunta". Resultado: o parecer do relator, Deputado Lira, foi aprovado com três votos favoráveis e duas ausências. Dando prosseguimento, o senhor Presidente colocou em discussão o **ITEM 4** - Discussão e votação do parecer ao PL1061/2012, de autoria da Deputada Celina Leão e outros e Deputado Claudio Abrantes, respectivamente, que altera a Lei nº4.451, de 23 de dezembro de 2009, que dispõe sobre a organização e o funcionamento dos Conselhos Tutelares no Distrito Federal e dá outras providências, e sobre o Projeto de Lei nº1064/2012, que altera a Lei nº4.451, de 23 de dezembro de 2009, que dispõe sobre a organização e o funcionamento dos Conselhos Tutelares no Distrito Federal e dá outras providências, em tramitação conjunta." Resultado: o parecer do relator, Deputado Lira, foi aprovado com três votos favoráveis e duas ausências. Logo após, foi apreciado o **ITEM 5** - Discussão e votação da Indicação 6582/2016, de autoria do Deputado Bispo Renato Andrade, que sugere ao Poder Executivo do Distrito Federal, a desburocratização na emissão de habite-se e alvará de funcionamento, para moradores e comerciantes da Região Administrativa de Samambaia-DF. Resultado: A Indicação foi aprovada com três votos favoráveis e duas ausências. Em seguida passou-se ao **ITEM 6** - Discussão e votação da Indicação 6523/2015, de autoria do Deputado Lira, que sugere



Câmara Legislativa do Distrito Federal
Comissão de Defesa dos Direitos Humanos, Cidadania, Ética e Decoro Parlamentar

ao Poder Executivo que por intermédio da Secretaria de Estado do Trabalho e do Empreendedorismo, que adote as medidas necessárias com vistas à implantação do Programa "Frente de Trabalho de Emergência", voltadas para trabalhadores de baixa renda que se encontram desempregados no Distrito Federal." Resultado: o parecer foi aprovado com três votos favoráveis e duas ausências. Não havendo mais nada a tratar, o senhor presidente deu por encerrada a reunião, da qual eu, Hamilton Pereira da Silva, Secretário da Comissão, lavro a presente ata que, após lida e aprovada, será assinada pelo presidente da Comissão.

RHS